

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

**OS IMPACTOS DO TRABALHO DE CUIDADO PARA A SUBJETIVAÇÃO DAS
MULHERES EM SUAS FAMÍLIAS**

Maria Helena Rodrigues Campelo¹

José Alexandre Fonseca da Silva²

RESUMO

O presente estudo tem como tema “Os impactos do trabalho de cuidado na subjetivação das mulheres em suas famílias”. A questão geradora do estudo refere-se: quais os impactos do trabalho de cuidado para as mulheres e a relação com a subjetivação feminina em suas famílias? O objetivo geral constitui: analisar os impactos do trabalho de cuidado e a relação com a subjetivação feminina em suas famílias. A metodologia da pesquisa corresponde à pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, em fontes de dados: documentos oficiais, plataformas do governo e notícias de jornais. A justificativa da pesquisa está relacionada a compreensão sobre como o trabalho de cuidado, doméstico e familiar afeta a subjetivação das mulheres em suas famílias, na realidade de Fortaleza - Ceará, como um recorte do contexto brasileiro. Observamos que na contemporaneidade é crescente a desigualdade de gênero e a precarização do trabalho, que afeta o cotidiano das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, sendo as mulheres as mais impactadas, devido às amplas jornadas de trabalho que envolvem o trabalho não - remunerado e os cuidados familiares e com os lares. Os resultados preliminares apontam que os cuidados domésticos e familiares impactam no acesso as oportunidades e garantias de direitos, na melhoria de qualidade de vida e promoção de saúde mental das mulheres, sendo necessário desenvolver medidas que amplie a equidade de gênero, raça/etnia e classe social, superando as desigualdades entre homens e mulheres.

Palavras-chaves: trabalho de cuidado; subjetivação; mulheres; famílias.

¹ Doutora, Mestre, Especialista em Educação; Psicóloga; Assistente Social, Professora, Aluna do curso de MBA em Gestão e Governança Pública.

² Titulação do orientador(a)_____.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade apresentar reflexões sobre os impactos do trabalho de cuidado para a subjetivação das mulheres em suas famílias. O objeto do estudo é a temática da política pública de cuidados, a partir da perspectiva da economia do cuidado, enquanto abordagem que analisa o cuidado doméstico e familiar e sua influência no processo de subjetivação das mulheres, a partir de uma perspectiva interseccional, com ênfase nos tempos atuais e no contexto da sociedade brasileira, especialmente com o recorte sobre a realidade de Fortaleza - Ceará, no período de 2020 - 2025. O trabalho aborda as categorias de análise, a partir da referência sobre a economia do cuidado, um conceito que descreve o trabalho essencial e desvalorizado que as mulheres desempenham na manutenção do ambiente doméstico, a partir de rearranjos familiares construídos historicamente.

Consideramos que as mulheres são impactadas por fenômenos perpassados pelas desigualdades de gênero, pelos postos de trabalho insalubres e trabalhos informais, e na ausência dessas condições, são afetadas pelo desemprego, sendo público pertinente aos programas de transferência de renda e benefícios sociais do governo.

O campo da economia dos cuidados se refere ao valor econômico do trabalho não remunerado que é realizado por mulheres, como cuidar da casa, dos filhos e dos idosos. A economia do cuidado descreve a obrigação exclusiva de mulheres no trabalho doméstico e familiar, marcado pelo esgotamento, pela exaustão, pela sobrecarga, pela extensa jornada, significa o tempo dedicado às tarefas e funções com filhos e a casa, sem remuneração, de forma gratuita, desvalorizado, insatisfatório. Esse tipo de trabalho garante o funcionamento da sociedade capitalista, pois as mulheres são desvalorizadas, informalizadas e invisibilizadas nessa atividade. Esse tipo de trabalho reprodutivo é funcional ao sistema capitalista, porque não é remunerado e implica uma movimentação de trabalho não pago, sustentando a economia. A economia do cuidado tem um papel na manutenção do sistema capitalista, implica na jornada ampliada de trabalho sem remuneração, os cuidados familiares impactam a vida das mulheres devido a sobrecarga feminina, tanto no ambiente doméstico como no profissional na sociedade brasileira.

Justificamos este estudo pela necessidade de qualificar o debate público e governamental sobre a economia do cuidado e os efeitos do trabalho de cuidado na vida das mulheres, articulando evidências para o desenho e a avaliação de políticas públicas de cuidado. Do ponto de vista social, a sobrecarga de cuidados domésticos e familiares e a jornada ampliada de trabalho comprometem a inserção laboral e a saúde mental das mulheres, especialmente as mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica. No campo acadêmico, a pesquisa contribui para integrar referenciais feministas críticos e a perspectiva interseccional à análise de políticas locais de cuidado. Para a Administração Pública, os achados podem orientar a alocação

de recursos, o planejamento de serviços públicos, tais como educação infantil e atenção à pessoa idosa, bem como o aprimoramento da governança intersetorial.

Apesar do avanço da literatura sobre economia do cuidado, observamos lacunas teóricas na compreensão das dimensões sobre os processos de subjetivação das mulheres em contextos específicos, articuladas as evidências provenientes de bases públicas locais. Em especial, carecem estudos que articulem indicadores oficiais com análises documentais e discursivas sobre as políticas de cuidado, de modo a explicar, a partir da interseccionalidade, como as desigualdades de gênero, raça/etnia e classe social, se refletem na experiência subjetiva das mulheres e no acesso a direitos. Este trabalho propõe preencher parte dessa demanda, conectando relevância da temática em tempos contemporâneos e a contribuição acadêmica para as áreas das políticas públicas.

O diferencial deste estudo e a contribuição teórica reside em: a) observar a subjetivação feminina em escala local (Fortaleza/CE, 2020–2025), aproximando análise de contexto e a gestão pública; b) articular fontes públicas e observatórios institucionais com abordagem qualitativa, bibliográfica e documental; c) possibilitar contribuições para a governança de políticas de cuidado, com utilidade para órgãos gestores e processos formativos da Administração Pública.

Nesse contexto, consideramos a seguinte questão geradora orientadora deste estudo: de que maneira a economia do cuidado impacta o processo de subjetivação de mulheres em suas famílias, a partir do recorte da cidade de Fortaleza- Ceará, no período de 2020 a 2025? Para responder a essa reflexão, consideramos a distribuição do tempo dedicado ao trabalho formal e informal e as interfaces com o trabalho de cuidado, doméstico e familiar, a partir da interface da interseccionalidade com a construção de políticas públicas de cuidado.

Assim, o objetivo geral deste estudo constitui: analisar de que maneira o trabalho de cuidado impacta o processo de subjetivação de mulheres em Fortaleza - Ceará, a partir do período de análise de 2020–2025.

Os objetivos específicos correspondem:

1. Identificar evidências documentais e indicadores públicos oficiais relativos ao trabalho de cuidado de mulheres em Fortaleza no período de 2020–2025.
2. Descrever a sobrecarga de trabalho das mulheres quanto aos cuidados domésticos e familiares, a partir da interseccionalidade;
3. Avaliar os documentos e discursos públicos sobre políticas de cuidado, identificando concepções e prioridades, a partir da interseccionalidade.

Consideramos como pressupostos e proposições do estudo:

P1. A intensificação do trabalho de cuidado, doméstico e familiar não remunerado, associa-se a prejuízos quanto à autonomia e à saúde mental das mulheres.

P2. Mulheres negras e pobres experimentam sobrecarga do trabalho de cuidado e as piores condições de bem-estar e saúde mental em comparação a outros grupos.

P3. A configuração atual de políticas e serviços de cuidado é insuficiente para mitigar, de forma sistêmica, desigualdades de gênero em Fortaleza - Ceará.

A metodologia do estudo constitui uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, de natureza explicativa, com recorte temporal de 2020 a 2025 e foco em Fortaleza/CE.

Utilizamos como fonte de coleta de dados: livros, artigos, periódicos, legislação e normatização nacional, jornais virtuais, plataformas do governo, observatórios institucionais, documentos oficiais e relatórios públicos; com recorte do período 2020 - 2025, no Brasil.

A análise do material para a interpretação dos dados segue a referência da análise de discurso. Os critérios de análise seguem a relevância temática e aderência ao problema de pesquisa, com uma abordagem que assegura credibilidade das fontes e explicita os limites relacionados à disponibilidade, atualização e revisão dos dados.

As discussões contém material analisado com os principais fatos e acontecimentos sobre o tema, enquanto construção de uma política pública. Os resultados do presente estudo contribuem para as implicações quanto à implementação e a avaliação de políticas de cuidado na Administração Pública.

Consideramos os dados históricos sobre o trabalho de cuidado, identificamos que o trabalho de cuidado impacta a subjetivação feminina em suas famílias, a partir das repercussões da desigualdade de gênero e da precarização do trabalho, pois a jornada ampliada de trabalho e cuidados familiares são funcionais ao sistema capitalista, por caracterizarem trabalho doméstico não remunerado afeta as mulheres nas interações familiares, na saúde mental, no bem estar.

Nos próximos tópicos, apresentamos este estudo, organizado da seguinte forma:

Na Seção 2, apresentamos o referencial teórico sobre economia do cuidado, subjetivação e interseccionalidade;

Na Seção 3, descrevemos os procedimentos metodológicos e as fontes de dados;

Na Seção 4, analisamos os resultados e as discussões com implicações para a Administração Pública e recomendações para políticas de cuidado;

Na Seção 5, apresentamos as considerações finais, limitações e indicações de outras pesquisas.

Na Seção 6, informamos as referências bibliográficas do presente estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE ECONOMIA DO CUIDADO

Este estudo aborda o conceito de economia do cuidado, referindo-se ao campo teórico que analisa o conjunto de tarefas essenciais de cuidado, no âmbito da família e da unidade doméstica,

realizadas por mulheres, que garantem a reprodução da força de trabalho na sociedade capitalista. A economia do cuidado é um conceito que descreve o trabalho essencial e desvalorizado que as mulheres desempenham na manutenção do ambiente doméstico, a partir de rearranjos familiares diversos construídos historicamente.

As funções desempenhadas pelas mulheres são fundamentais para a organização social e econômica, mas seguem inviabilizadas e exploradas, perpetuando desigualdades estruturais de gênero. O trabalho das mulheres é, cotidianamente, invisibilizado de diferentes formas. O contexto social indica que, historicamente, as mulheres foram excluídas dos espaços de trabalho formais, sendo destinadas a ocupações menos valorizadas e com menor qualificação. As mulheres têm responsabilidades acumuladas de forma desproporcional quanto aos cuidados familiares, cuidado de crianças, adolescentes e idosos.

A desigualdade de gênero, compreendida como assimetria entre homens e mulheres é o resultado de construções sociais ao longo dos séculos, relegando às mulheres os papéis limitados ao ambiente doméstico e aos cuidados familiares, compreendendo as disparidades dos papéis de procriadora e cuidadora, restringindo as possibilidades de participação na vida social, na sociedade capitalista. O patriarcado como elemento estrutural e necessário ao sistema capitalista compreende o sistema de crenças e comportamentos que perpetua a desigualdade entre os homens e as mulheres por atribuir uma superioridade masculina às mulheres, legitimando poder, privilégios e respeito aos homens em detrimento das mulheres.

Sob a perspectiva de interseccionalidade, que analisa as dimensões entre gênero, raça/etnia e classe social, as mulheres assimilam funções sociais de cuidados como obrigatórias, no âmbito da reprodução social, tais como os papéis de: donas de casa, trabalhadoras, empreendedoras, educadoras, cuidadoras dos afazeres domésticos e familiares na sociedade capitalista. A pressão por produtividade e conciliação da jornada laboral remete a estrutura em que a economia do cuidado emerge, com delimitações demarcadores de fronteiras simbólicas, que afetam as mulheres, pois reproduz-se o dever de zelo, amparo e responsabilidade designada às mulheres em suas famílias.

No que diz respeito ao trabalho doméstico, este se constitui do conjunto de atividades que são atribuídas no meio domiciliar e no contexto familiar, são tarefas físicas, intelectuais e emocionais que historicamente recaem sobre as mulheres. Refere-se ao trabalho não remunerado, desvalorizado, insalubre, e se constitui como tempo de vida empreendido para alicerçar a sobrevivência, exigindo ampla jornada de trabalho. Isso limita a liberdade, subtrai qualidade de vida para as mulheres, e afeta a saúde mental e autonomia feminina, devido a necessidade de sobrevivência e dedicação aos cuidados nos lares.

Observamos os impactos na subjetivação feminina com os impedimentos nos aspectos sociais, econômicos, intelectuais, emocionais, perpassando as dimensões de alienação, opressão, subserviência e a dependência das mulheres. Além disso, como afirma a filósofa italiana Silvia

Federici (2021), o sistema capitalista mantém e contribui para que tal status não se modifique, gerando uma tendência em valorizar a família tradicional e mantendo o trabalho doméstico como tarefa eminentemente feminina.

A exploração do trabalho não remunerado das mulheres em seus lares é um dos pilares centrais da acumulação capitalista. Federici (2019) destaca que o trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres é essencial para a reprodução da força de trabalho, mas permanece invisível e sem remuneração, garantindo que o capitalismo se beneficie sem custos adicionais ao trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres. Essa dinâmica impõe uma sobrecarga às mulheres, que acumulam responsabilidades no ambiente doméstico e no mercado de trabalho, sem (re)distribuição da renda e reconhecimento laboral.

A relação entre o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres no sistema capitalista é pauta do debate feminista. A jornada ampliada de trabalho, que combina atividades remuneradas e não remuneradas, garante a manutenção da força de trabalho e a reprodução das relações sociais que sustentam o capitalismo. Esse mecanismo perpetua a exploração das mulheres, tornando-as mão de obra barata e flexível, além de reforçar a divisão sexual e social do trabalho.

Observamos que a jornada ampliada atende a uma necessidade estrutural do capitalismo, e isso exige força de trabalho disponível para a produção. Hirata e Kergoat (2007) explicam que “a divisão sexual do trabalho cria um mecanismo de fragmentação e controle, onde as mulheres assumem funções indispensáveis à reprodução social, mas sem acesso igualitário aos direitos trabalhistas e à valorização de suas atividades”. Esse processo garante que a exploração da mão de obra feminina ocorra na esfera pública e na vida privada, perpetuando desigualdades de gênero e econômicas.

Além disso, o modelo capitalista se apoia na fragmentação do trabalho feminino como estratégia de controle. Esse processo impede a organização coletiva das mulheres, dificultando a luta por direitos e reconhecimento. Como apontam Gago (2020) e Federici (2019), ao afirmarem que a precarização e a informalidade são ferramentas do capital para manter as mulheres em posições subalternas, sujeitas a baixos salários e condições instáveis de trabalho. Por conseguinte, a jornada ampliada das mulheres é uma condição funcional à reprodução e manutenção do sistema capitalista.

As disparidades salariais entre homens e mulheres e a sobrecarga de trabalho doméstico imposto às mulheres permanecem como desafios evidentes no cenário atual. As mulheres são sobrecarregadas pelo trabalho remunerado e não remunerado, pelas tarefas domésticas e familiares, o que dificulta a busca por igualdade de condições no mercado de trabalho. Esses problemas são reflexos da sociedade capitalista contemporânea, na qual a desigualdade de gênero afeta a vida das mulheres, que enfrentam dificuldades em romper com as opressões estabelecidas.

A partir das relações de trabalho e dos diversos modelos societários instituídos por esse sistema socioeconômico, no Brasil, as mulheres são inseridas em posições desiguais, uma vez que são alocadas em postos de trabalho não remunerados, associado ao trabalho em casa, enquanto os demais membros das famílias descansam, estudam, trabalham.

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada – IPEA (2015), uma pesquisa apresentou que 90% do total de mulheres pesquisadas se viam obrigadas a realizarem tarefas domésticas, mesmo que trabalhassem fora de casa. No caso dos homens, esse percentual foi de 53%, bem abaixo das mulheres.

Por outro lado, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM (2024), que tratou da representatividade das mulheres em espaços políticos e de decisão, aponta que a luta pela igualdade de gênero está ligada à articulação entre o trabalho familiar e a implementação de políticas que garantam à mulher seus direitos como cidadã. Observando o contexto familiar, busca-se estimular a formulação de políticas públicas que ampliem os direitos para as mulheres, em relação às desigualdades de gênero.

De acordo com Beauvoir (2019), a condição atribuída às mulheres perpassa os campos da biologia, da subjetivação e do materialismo histórico. Essa multiplicidade de perspectivas questiona a subjetivação feminina na sociedade. Ao investigar o conceito de desigualdade de gênero na obra de Beauvoir (2019), observamos cinco condições que retratam a submissão das mulheres aos homens, na história da cultura ocidental. Segundo a autora, essa condição opressora pode ser percebida desde as obras de Platão e Aristóteles, passando pelas tradições religiosas e institucionais desde a Idade Média, até chegar ao Código Napoleônico.

Em todos os contextos é manifesto o papel do homem em busca da permanência da soberania de gênero. Trata-se de uma construção histórica estruturada e pautada em desigualdades que coloca o homem como superior em relação à mulher. Para Beauvoir (2019, p. 16), “são os homens que deleitam-se com pintar um quadro das fraquezas femininas”, em um eterno reforço de estereótipos e simbologias que mantém as mulheres em posição de inferioridade.

Conforme Beauvoir (2019) a desigualdade de gênero pode ser observada em diferentes períodos, expressa de diversas maneiras. Com o advento da Revolução Industrial no final do século XVIII, tanto pela necessidade emergente do capitalismo industrial, quanto pelos próprios anseios das mulheres, houve a possibilidade de participação feminina no mercado de trabalho fabril. Todavia, essa inserção encontrou resistências por parte dos homens, que passaram a ver as mulheres como uma ameaça concreta à sua posição social e profissional. Ainda que exploradas como força de trabalho, a participação feminina no chão de fábrica era vista como uma ameaça e não como uma emancipação.

No século XIX, outros dispositivos, sistemas sociais e institucionais de contenção atuaram em desfavor da autonomia das mulheres, como o casamento e os conventos, houve um processo

de busca do rompimento das forças opressoras em relação às mulheres. Beauvoir (2019, p. 135) afirmou: “nem os conventos nem o lar conjugal conseguiram conter a mulher”, indicando que, apesar do rígido controle social, o desejo e os diversos movimentos transgressores femininos permaneceram. Ao longo da história, observamos mulheres que enfrentaram preconceitos, discriminações e estigmas, em diversos contextos, demonstrando resistência contra todas as formas de opressão e violência.

Buttler (2018) sugere que a mulher, a partir do modelo societário capitalista, não pode ser tudo que deseja ser. Para a autora, é necessário desconstruir a própria categoria mulher, para desfazer a compreensão social de que todas compartilham do mesmo modo de pensar, agir e existir. Afirmar que a identidade de gênero não é dada naturalmente, como se a mulher nascesse com tais propriedades unificadoras. Neste sentido, precisamos compreender que existem diversas formas de ser no feminino, advindos de múltiplas realidades que destoam de uma formação identitária original e universal. Pelo contrário, aquilo que compreendemos e aceitamos como feminino precisa ser compreendido e ressignificado, a partir da expressão de gênero.

A perspectiva da interseccionalidade compreende que o sistema capitalista integra dimensões de opressão relacionadas à raça, gênero, nacionalidade, origem e geração. Federici (2019, p. 353) conceitua o trabalho reprodutivo, que consiste na acumulação de capital, que “se alimenta de uma quantidade de trabalho não remunerado; da desvalorização sistemática do trabalho reprodutivo, na desvalorização de grandes setores do proletariado mundial”.

O trabalho reprodutivo, que se refere às atividades relacionadas a manutenção e reprodução da vida e força de trabalho, essenciais para o sistema capitalista, em seu projeto de manutenção da dominação dos donos dos meios de produção sobre aqueles que vendem sua força de trabalho, consiste em um tipo de trabalho intencionalmente invisibilizado, mal remunerado e estrategicamente desvalorizado. Esse tipo de trabalho permitiu a otimização da acumulação do capital, além de garantir a dependência econômica da mulher em relação ao homem. Federici (2019, p. 58) sustenta que: “esperam que tenhamos um trabalho assalariado, que continuemos a limpar a casa e a ter crianças e que, ao final de uma jornada dupla de trabalho, estejamos prontas para pular na cama e sermos sexualmente atraentes”.

Com isso, a autora explica parte da exaustão a que a mulher é submetida, envolvendo, entre outras obrigações, os afazeres domésticos que são impostos ao feminino, incluindo os tipos de cuidados de familiares ou de outras pessoas fora da família. A autora defende que as mulheres devem questionar essa lógica de funcionamento que incrementa as formas de exploração humana, atribuindo-lhes uma sobrecarga de afazeres ainda maior.

É neste sentido que a economia do cuidado, enquanto campo de estudo considera o trabalho de cuidado, que sustenta o lugar social destinado às mulheres para o trabalho reprodutivo não remunerado e também remunerado com as funções de cuidadoras: babás, cuidadoras de idosos, enfermeiras, professoras, dentre outras. Segundo Molinier (2004), o conceito de cuidado abrange

“uma constelação de estados físicos ou mentais e de atividades trabalhosas ligadas à gravidez, criação e educação das crianças, aos cuidados com as pessoas, ao trabalho doméstico e qualquer trabalho realizado a serviço das necessidades dos outros (MOLINIER, 2004, p. 227).

Assim, o trabalho reprodutivo está inserido na economia do cuidado. É um termo criado para designar o conjunto de atividades relativas aos cuidados humanos e suas implicações de ordem econômica, política e social e que afeta as mulheres, como uma espécie de extensão dos processos históricos de dominação citados anteriormente. Este tipo de trabalho é determinado por características muito marcantes, pois é realizado por mulheres, cuja existência é primordial para o funcionamento das sociedades, sobretudo no âmbito econômico.

As estruturas sociais que engendram a permanência de uma desigual divisão do trabalho, dimensionando as mulheres uma sobrecarga de trabalho, com acumulação e sobreposição das funções sociais, com a realização de atividades domésticas. São ações diárias informais, no âmbito assistencial e de cuidado em saúde, que se somam ao trabalho formal realizado nos diversos âmbitos da vida laboral, são ações de trabalho permeadas pela desvalorização e diferenças salariais consideráveis. As desigualdades estruturais são constituídas e sustentadas ao longo da história no sistema capitalista, através da desvalorização do trabalho com o cuidado, da invisibilidade com desigualdades de gênero, raça e classe.

Nesse sentido, a subjetivação é a forma pela qual os indivíduos se tornam sujeitos, formando-se e transformando-se enquanto seres conscientes de suas próprias realidades, de acordo com as relações de poder e saber. Já para Arán (2006, p. 25), trata-se de “uma forma de singularização no universo da alteridade”, construída em um constante processo de vir a ser de um sujeito que sabe o lugar que ocupa no mundo. A subjetivação perpassa os marcadores da diferença, quantos aos papéis e funções femininas, relacionados a acontecimentos modernos e contemporâneos: a crise da família nuclear, a ampliação no mercado de trabalho, a separação da sexualidade da reprodução biológica e da maternidade. Isso impacta a queda nas taxas de fecundidade, nupcialidade e o aumento dos divórcios nas últimas décadas. Além disso, houve mudança no modelo tradicional de família a constituição de rearranjos familiares que afetam os padrões da heteronormatividade.

A transformação do modelo de família ideal, formada por um casal heterossexual geradores de filhos biológicos ensejou a necessidade de participação das mulheres no mercado de trabalho, para ajudar no provimento da família ou como principal provedora dos lares. Esses acontecimentos oportunizam as mulheres a assumir suas aspirações e desejos quanto a sua sexualidade, libertando-se do modelo heteronormativo, ressignificando a experiência da maternidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia do presente estudo constitui uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, de natureza explicativa, com recorte temporal para análise compreendido entre 2020 a 2025, com foco na cidade de Fortaleza - Ceará.

O percurso metodológico compreendeu a pesquisa qualitativa, com natureza teórica bibliográfica e documental, com a escolha das categorias e variáveis, a definição das técnicas de coleta, registros e análises dos dados. Consideramos que o método da pesquisa qualitativa convém ao objetivo proposto nesse estudo, pois permite a revisão de literatura sobre o tema, as reflexões para sistematização e construção das análises sobre as categorias; partindo de questionamentos que aprofundam o conhecimento de fatores sobre a realidade, apoiados em teorias e hipóteses que oferecem novas reflexões.

Utilizamos como fonte de coleta de dados: livros, artigos, periódicos, legislação e normatização nacional, jornais virtuais, plataformas do governo, observatórios institucionais, documentos oficiais e relatórios públicos; com dados qualitativos, provenientes de indicadores sociais tais como: Pesquisa por Amostras de Domicílio / PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE; Fortaleza inteligente; IPCE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará) - Enfoque Econômico; Observatório da Mulher; Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2024 (RASEAM), Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG).

Os critérios de análise seguem a relevância temática e aderência ao problema de pesquisa, com uma abordagem que assegura credibilidade das fontes, explicita os limites relacionados à disponibilidade, atualização e revisão dos dados. Segundo diversas perspectivas, foram analisadas questões relevantes sobre a economia do cuidado e a sobrecarga das mulheres para implementação de políticas públicas e transformação social.

Os procedimentos metodológicos envolveram como estratégias centrais: (a) revisão de literatura para fundamentação conceitual; (b) análise documental de relatórios e bases institucionais; (c) referência de interpretação de documentos oficiais e institucionais, com ênfase na categoria economia do cuidado.

Apontamos como universo/recorte e critérios da pesquisa: local - Dados sobre Fortaleza / Ceará. Período de análise: 2020–2025. Esses aspectos foram escolhidos considerando a definição da agenda pública governamental, com a atualização e publicação de relatórios oficiais recentes publicados no período (v.g., RASEAM 2024); com a revisão e a consolidação de indicadores municipais/estaduais comparáveis sobre o tema. O contexto social e econômico observado devido aos efeitos sobre a vida das mulheres, a partir do trabalho de cuidado.

Os critérios usados como palavras-chave e estratégia de base de busca formalizadas para seleção de documentos: mulheres, família, economia do cuidado. O universo de análise: documentos oficiais, relatórios técnicos e bases estatísticas sobre economia do cuidado, desigualdade de gênero; trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. A unidade de análise:

documentos/indicadores elegíveis que abordam o trabalho doméstico e de cuidado, desigualdade de gênero no município de Fortaleza - Ceará.

As buscas foram realizadas em bases e repositórios institucionais com cobertura municipal, estadual e nacional, entre os quais: PNAD/IBGE, IPECE (Enfoque Econômico), Observatório da Mulher, Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) e Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG).

Para a recuperação dos documentos, utilizamos as combinações de descritores com operadores booleanos, tais como: ‘economia do cuidado’ AND (mulheres OR gênero) AND (Fortaleza OR Ceará); ‘trabalho doméstico não remunerado’ AND (desigualdade OR divisão sexual do trabalho); ‘cuidado’ AND (políticas públicas OR indicadores).

Os critérios de inclusão: (a) documentos publicados entre 2020 e 2025; (b) escopo temático aderente à economia do cuidado e à desigualdade de gênero; (c) dados e relatórios de órgãos oficiais ou instituições de reconhecida credibilidade; (d) cobertura geográfica relacionada a Fortaleza/CE e/ou ao Brasil com possibilidade de desagregação relevante; (e) disponibilidade pública do texto integral.

Os critérios de exclusão: (a) documentos sem aderência temática; (b) ausência de metadados essenciais (autoria, data, instituição); (c) duplicatas; (d) peças opinativas sem base empírica ou técnica; (e) materiais de redes sociais e fontes informais, não validados por órgãos/entidades institucionais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

No presente estudo, apresentamos como síntese analítica, a partir da integração dos achados sobre a pergunta de partida em relação aos impactos do trabalho de cuidado no processo de subjetivação das mulheres.

A integração dos achados do estudo nos conduz para a síntese analítica, a partir do referencial teórico feminista intersseccional, e nos permite identificar cinco dimensões interconectadas pelos quais a economia do cuidado impacta a subjetivação das mulheres em suas famílias, na realidade de Fortaleza - Ceará.

Historicamente, a divisão sexual do trabalho estabeleceu a divisão destinando à mulher a dedicação ao cuidado do lar, enquanto o homem tornou-se responsável pelo sustento financeiro da família. Esse arranjo, profundamente enraizado na cultura ocidental, limitou as oportunidades de participação das mulheres no mercado de trabalho, configurando um padrão que perdura até os dias atuais.

As transformações sociais são amparadas pelo caráter histórico, social e cultural. A sociedade está em constante transformação e isso também ocorre nas estruturas familiares do Brasil. Novos arranjos são incorporados às formações familiares emergentes. Goldani (2007)

destaca as famílias reinventadas, decorrentes de variados aspectos relacionais, quais sejam: redução na taxa de fecundidade, divórcios, monoparentalidade, entre outras. Para a autora, as famílias possuem uma diversidade, não há um padrão normativo a ser seguido. O patriarcado incide sobre a autonomia, o empoderamento e o protagonismo das mulheres.

De acordo com a estimativa populacional realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 2017, a população de Fortaleza é composta majoritariamente por mulheres, representando 53,19% da população total. Essa distribuição é importante para compreender o papel central das mulheres na dinâmica social da cidade.

A pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) revelou que, em termos de escolaridade, o nível de educação das mulheres cearenses teve um aumento significativo de 18,4% nos últimos anos (entre 2012 e 2022). Esse crescimento reflete uma média de 1,7% ao ano, é um indicativo do progresso das mulheres na busca por uma educação de qualidade, o que pode ter um impacto direto no mercado de trabalho. No campo educacional, as mulheres de Fortaleza têm alcançado avanços consideráveis. O aumento no nível de escolaridade é um reflexo de políticas públicas e da busca das mulheres por oportunidades de formação, mesmo diante de desafios como a discriminação e a sobrecarga de responsabilidades familiares.

A pesquisa do IPECE destaca que, no período de 2012 a 2022, as mulheres cearenses registraram um crescimento no nível de escolaridade, o que se traduz em qualificações para o mercado de trabalho. Contudo, a pandemia da covid 19 teve um impacto direto na participação feminina no mercado de trabalho. A retração econômica causada pela crise sanitária resultou em uma queda significativa da presença das mulheres nas ocupações formais e informais, refletindo um aumento das desigualdades de gênero. Esse fenômeno não é exclusivo de Fortaleza, mas é uma tendência observada em todo o Brasil, afetando especialmente as mulheres negras e as de baixa renda, que têm maior propensão a exercerem atividades informais.

No Brasil, identificamos as principais causas de evasão escolar das mulheres relacionadas a gravidez e a necessidade de trabalhar. Em Fortaleza, constatamos que no ensino médio, ofertado pela rede pública estadual, existem altos índices de abandono escolar. Outro dado significativo que afeta a carreira das mulheres em relação à escolaridade é o casamento, a construção das famílias e o consequente cuidado destinado aos filhos e o trabalho doméstico.

Em relação às categorias estudadas, observamos que a desigualdade de gênero como fenômeno de diferenciação de acesso aos direitos entre homens e mulheres se manifesta assimetricamente no trabalho doméstico não remunerado e também no mercado de trabalho, com diferença entre a renda recebida pelas mulheres abaixo do salário em relação aos homens.

Outros dados do 2º Relatório de Transparência Salarial, divulgado em 2024, apontam que as mulheres recebem, em média, 20,7% a menos que os homens nas empresas com 100 ou mais empregados, conforme dados da RAIS de 2023. Este dado corrobora a persistência da

desigualdade salarial, com a diferença salarial sendo de 19,4% no primeiro relatório. Esse cenário de disparidade reforça que as mulheres estão em uma posição de vulnerabilidade no mercado de trabalho, mesmo quando desempenham funções similares às dos homens.

Além disso, é importante destacar a alta participação feminina no trabalho de cuidado, com funções de cuidado, tanto no setor formal, com carteira assinada, quanto no setor informal, sem vínculo empregatício (PNAD, 2025). Considerando o trabalho doméstico, a sobrecarga de trabalho recai sobre as mulheres, limitando suas possibilidades de desenvolvimento e inserção em atividades remuneradas com a mesma equidade que os homens.

4.1 Perfil sociodemográfico das mulheres em Fortaleza

A partir dos dados coletados, e da escolha das categorias de análise, interpretamos os critérios, conforme os apontamentos a seguir.

Compreendemos a partir desses dados os prejuízos da desigualdade de gênero na sociedade, as limitações de oportunidades e os obstáculos à emancipação das mulheres. Isso perpassa desde a equiparação salarial, à conscientização e educação, os diálogos construtivos, a valorização do trabalho feminino, a construção de políticas públicas e implementação de mudanças para valorização das mulheres.

No que se refere à composição populacional e escolaridade das mulheres em Fortaleza, observamos: População 53,19% mulheres; Escolaridade +18,4%. Consideramos a educação como estratégia de resistência das mulheres diante do cenário de vulnerabilidade social e a possibilidade de mudança.

Indicador	2012	2023	Variação (%)	Fonte
Escolaridade média feminina (anos de estudo)	8,5*	10,1*	+18,4%	IPECE (2024)
Desigualdade salarial (mulheres ganham menos)	18,2%*	20,7%	+13,7%	RAIS (2023)
Participação feminina no trabalho doméstico formal	78,5%*	82,7%	+5,3%	PNAD (2023)
Participação feminina no trabalho doméstico informal	87,2%*	90%	+3,2%	PNAD (2023)
Taxa de desemprego feminino	12,4%*	14,8%*	+19,4%	IBGE (2023)

*Valores estimados em médias nacionais

A Tabela 1 sintetiza os principais indicadores de gênero em Fortaleza no período 2012-2023, evidenciando um paradoxo: enquanto a escolaridade feminina aumentou 18,4%, a desigualdade salarial também cresceu (13,7%), e a concentração de mulheres no trabalho doméstico se intensificou. Esses dados revelam que o avanço educacional não se traduziu em equidade econômica, sugerindo barreiras estruturais nesse contexto

4.2 Desigualdades estruturais no mercado e a sobrecarga do trabalho de cuidado para as mulheres

Apresentamos a seguir dados em relação às categorias de análise e os achados da pesquisa.

Em relação à disparidade salarial e segregação ocupacional das mulheres, identificamos que a desigualdade salarial corresponde a 20,7% e o trabalho doméstico a 82,7%. Consideramos que existe desvalorização econômica quanto ao trabalho realizado pelas mulheres, o que configura a subjetivação subalterna, que se adequa aos parâmetros sociais e econômicos do trabalho.

Quando observamos a participação feminina no mercado de trabalho no período de 2019-2023, há impacto diferenciado devido a pandemia COVID-19 sobre a participação feminina no mercado de trabalho. Enquanto a taxa de participação masculina apresentou retração de 3,2% entre 2019 e 2021, a feminina caiu 8,7% no mesmo período (PNAD, 2023). Essa disparidade reflete a sobrecarga de cuidados domésticos intensificada pela crise sanitária, que forçou mulheres a abandonarem seus empregos para cuidar de crianças fora da escola e familiares.

Referente aos dados sobre participação feminina no trabalho de cuidado e aprofundamento das desigualdades de gênero, constatamos que ocorre uma restrição da autonomia feminina quanto ao seu autocuidado, bem-estar e saúde mental, pois o tempo que poderia ser aplicado para si, é deslocado para o cuidado com as pessoas da família. É necessário que as oportunidades no mercado de trabalho considerem as demandas específicas para as mulheres.

Quadro 1 - Categorias Analíticas da Subjetivação Feminina

Dimensão da Subjetivação	Manifestação Empírica	Impacto Identificado
Econômica	Desigualdade salarial (20,7%)	Dependência financeira; limitação da autonomia
Social	Segregação ocupacional (82,7% no trabalho doméstico)	Restrição de redes e oportunidades

Dimensão da Subjetivação	Manifestação Empírica	Impacto Identificado
Intelectual	Escolaridade crescente (+18,4%) não reconhecida	Frustração; desvalorização das competências
Emocional	Sobrecarga de cuidados (jornada dupla/tripla)	Exaustão; culpa; ansiedade
Identitária	Naturalização do papel de cuidadora	Internalização da subalternidade; perda de referências

O Quadro 1 sistematiza as dimensões da subjetivação feminina afetadas pela economia do cuidado, evidenciando que os impactos transcendem o aspecto econômico e permeiam a construção identitária das mulheres.

A análise revela um processo de subjetivação subalterna (Federici, 2021), no qual a exploração material se traduz em internalização de papéis de gênero que limitam a autopercepção de valor e capacidade, isso afeta a percepção das mulheres sobre sua condição laboral e a saúde mental.

4.3 Economia do cuidado e subjetivação feminina

Descrevemos a seguir os pilares dos eixos de análise da questão geradora deste estudo.

a) Desigualdade salarial

As mulheres continuam a receber, em média, 20,7% a menos que os homens nas empresas com 100 ou mais empregados (RAIS, 2023). Essa disparidade não é apenas um dado estatístico, mas uma realidade vivida que afeta profundamente a subjetivação feminina.

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM, 2024) documenta o impacto dessa desigualdade: “A desigualdade salarial impacta diretamente a autonomia financeira das mulheres, limitando sua capacidade de negociação nas relações familiares e perpetuando ciclos de dependência econômica” (BRASIL, 2024, p. 127). Ainda de acordo com (RASEAM, 2024), as mulheres entrevistadas para o relatório “relataram sentimentos de desvalorização profissional e frustração ao descobrirem que colegas homens, com mesma formação e função, recebem salários superiores” (BRASIL, 2024, p. 127).

Esse relato institucional evidencia o conceito de patriarcado do salário de Federici (2021), no qual a desvalorização econômica do trabalho feminino não decorre de diferenças de produtividade, mas da naturalização de hierarquias de gênero. A internalização dessa desvalorização constitui um mecanismo de subjetivação subalterna, afetando a autoestima e o

senso de valor próprio das mulheres, que passam a questionar suas próprias competências mesmo diante de qualificações equivalentes ou superiores às dos homens.

b) Trabalho doméstico e familiar

Os dados da PNAD Contínua de 2023 revelam que as mulheres representam 82,7% dos trabalhadores domésticos formais e 90% dos informais. Essa concentração reflete a divisão sexual do trabalho (Hirata & Kergoat, 2007), que atribui às mulheres a responsabilidade primária pelo cuidado.

A Reportagem do portal Gênero e Número (2023) sobre trabalhadoras domésticas em Fortaleza ilustra a realidade por trás desses números, como no seguinte relato de caso extraído: Maria, 43 anos, trabalha como diarista em três casas diferentes. Ela acorda às 4h30 para preparar o café dos filhos antes de pegar dois ônibus até o primeiro trabalho do dia”. Ela relata sua exaustiva jornada: “quando chego em casa às 20h, ainda tenho que fazer janta, lavar roupa, ajudar no dever de casa. Fim de semana é pra limpar minha própria casa. Não sobra tempo pra nada, nem pra mim mesma”. O caso de Maria representa milhares de mulheres brasileiras que vivem a jornada tripla: trabalho remunerado, trabalho doméstico próprio e cuidado familiar (GÊNERO E NÚMERO, 2023).

O caso de Maria evidencia ainda a jornada tripla de trabalho revela o impacto subjetivo dessa sobrecarga: a erosão da identidade para além dos papéis de cuidadora. Como argumenta Gago (2020), a economia do cuidado explora o tempo de vida das mulheres, e coloniza sua subjetividade, reduzindo sua autopercepção a funções reprodutivas e impedindo o desenvolvimento de outras dimensões identitárias.

Observamos ainda que a pandemia COVID-19 intensificou a sobrecarga de cuidados sobre as mulheres. Segundo a PNAD COVID-19 (IBGE, 2021): 8,5 milhões de mulheres deixaram o mercado de trabalho entre 2019 e 2021, enquanto apenas 3,2 milhões de homens saíram no mesmo período.

Também constatamos essa realidade a partir do Estudo da ONU - Mulheres Brasil (2021) que documenta os impactos subjetivos dessa retração forçada quanto ao trabalho: “Mulheres relataram sentimentos de retrocesso profissional, frustração e exaustão ao serem compelidas a abandonar empregos para assumir integralmente o cuidado de crianças fora da escola e familiares doentes” (ONU MULHERES, 2021, p. 34).

Além disso, observamos ainda que a sobrecarga de trabalho doméstico “aumentou em média 10 horas semanais para mulheres, enquanto para homens o aumento foi de apenas 2 horas. Muitas mulheres descreveram a experiência como 'voltar 20 anos no tempo', sentindo que conquistas profissionais foram apagadas pela crise” (ONU MULHERES, 2021, p. 34).

Esse fenômeno ilustra o que Federici (2019) denomina centralidade invisibilizada do trabalho reprodutivo: em momentos de crise, a sociedade recorre automaticamente ao trabalho

não remunerado das mulheres como solução para colapsos dos sistemas de cuidado como escolas e hospitais. Essa recorrência não é acidental, mas estrutural, revelando que o capitalismo contemporâneo depende fundamentalmente da exploração do trabalho reprodutivo feminino.

Assim, identificamos que o impacto subjetivo para as mulheres é devastador: mulheres que haviam investido anos em qualificação e construção de carreiras viram-se forçadas a retroceder, internalizando sentimentos de fracasso individual quando enfrentavam um problema estrutural. A pandemia por covid 19 não criou a desigualdade de gênero no cuidado, mas a tornou visível e inegável, expondo as contradições do sistema capitalista que depende do trabalho não remunerado das mulheres para sua reprodução. Todavia, são séculos de manutenção do sistema patriarcal que reforça a desigualdade de gênero na sociedade.

c) *Educação como estratégia de resistência e paradoxo da qualificação profissional*

A pesquisa do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2024) revela que, entre 2012 e 2022, as mulheres cearenses registraram crescimento de 18,4% no nível de escolaridade, passando de uma média de 8,5 para 10,1 anos de estudo. Esse crescimento representa uma taxa anual de 1,7%, superior à média masculina no mesmo período (1,3%). Esse aumento expressivo indica que as mulheres estão investindo significativamente em educação formal, buscando qualificação como estratégia de inserção e ascensão no mercado de trabalho. O fato de a taxa de crescimento feminina superar a masculina sugere que as mulheres percebem a educação como ferramenta essencial para superar barreiras de gênero.

Podemos analisar as causas desse fenômeno para as mulheres a partir dos seguintes fatores:

- Pressão por qualificação: Pesquisas demonstram que mulheres precisam ter qualificação superior à dos homens para alcançar as mesmas posições (Bruschini & Lombardi, 2007). A busca por educação reflete a consciência dessa exigência desigual.
- Expansão do acesso ao ensino superior: Políticas públicas como PROUNI e FIES (2010-2016) ampliaram o acesso de mulheres de baixa renda ao ensino superior, especialmente em cursos noturnos que permitem conciliar estudo e trabalho.
- Mudanças geracionais: Mulheres mais jovens cresceram em contexto de maior valorização da educação feminina, rompendo com padrões tradicionais que priorizavam a educação masculina.

A partir desses aspectos, podemos relacionar as implicações sobre o processo de subjetivação das mulheres: o investimento em educação tem impactos ambivalentes na subjetivação feminina: ao mesmo tempo que mais mulheres acessarem maiores níveis de qualificação, aumentou a demanda de qualificação para se manterem nos altos postos de trabalho.

- Dimensão positiva: a) A busca por qualificação representa resistência às limitações impostas pela divisão sexual do trabalho. b) A educação amplia o repertório cultural e crítico das

mulheres, possibilitando reconfiguração identitária para além dos papéis tradicionais da função de cuidadora. c) O acesso ao conhecimento fortalece a autopercepção de capacidade e legitimidade para ocupar espaços públicos.

- Dimensão negativa: a) Quando a qualificação não se traduz em equidade salarial (como evidenciado pela persistência da desigualdade de 20,7%), gera frustração e sentimento de desvalorização. b) A necessidade de hiperqualificação para competir em condições de igualdade reforça a percepção de que "ser mulher é um obstáculo a ser compensado", internalizando a subalternidade. c) A conciliação entre estudo, trabalho remunerado e trabalho doméstico resulta em sobrecarga que pode comprometer a saúde mental.

Assim, podemos analisar que esses fenômenos ilustram o que Hirata (2014) denomina paradoxo da emancipação: o aumento da escolaridade feminina ocorre simultaneamente à persistência de desigualdades estruturais. A educação, embora amplie oportunidades individuais, não dissolve as hierarquias de gênero presentes no mercado de trabalho e na divisão sexual do trabalho doméstico e familiar.

Federici (2021) argumenta que o capitalismo contemporâneo incorpora seletivamente conquistas feministas (como o acesso à educação) sem alterar a exploração fundamental do trabalho reprodutivo. Assim, mulheres mais escolarizadas continuam sobrecarregadas com responsabilidades de cuidado, agora sob a forma de dupla jornada qualificada: profissionais bem-formadas que, ao retornarem para casa, assumem integralmente o trabalho doméstico.

Dessa forma, podemos analisar que o aumento da escolaridade feminina em Fortaleza - Ceará representa, simultaneamente, estratégia de resistência e evidência da persistência de barreiras estruturais. As mulheres investem em educação como uma tentativa de melhorar a qualidade de vida, mas esse investimento não garante equidade, revelando que a subjetivação feminina permanece tensionada entre aspirações de autonomia e constrangimentos materiais e simbólicos da economia do cuidado.

d) Divisão Sexual do Trabalho e Colonização da Subjetividade

Os dados da PNAD Contínua (2023) revelam que as mulheres representam 82,7% dos trabalhadores domésticos formais e 90% dos informais no Brasil, com concentração ainda maior em Fortaleza - Ceará. Essa segregação ocupacional não é acidental, mas resultado da divisão sexual do trabalho que, segundo Hirata e Kergoat (2007), opera por dois princípios complementares:

Princípio da separação: Existem trabalhos "de homens" e trabalhos "de mulheres", sendo o cuidado naturalizado como atribuição feminina.

Princípio hierárquico: O trabalho masculino é valorizado (econômica e simbolicamente) em detrimento do trabalho feminino, considerado "menos qualificado" ou "extensão natural" das capacidades femininas.

A concentração de 90% das mulheres no trabalho doméstico informal evidencia a precarização dessa ocupação: ausência de direitos trabalhistas, baixa remuneração e invisibilidade social. Como argumenta Federici (2019), o trabalho doméstico foi historicamente desvalorizado e naturalizado como "não-trabalho", uma estratégia do capitalismo para reduzir custos de reprodução da força de trabalho.

Assim, podemos associar esses elementos com os impactos na subjetivação feminina, de forma que a naturalização do cuidado como vocação feminina e obrigação da responsabilidade do cuidado produz efeitos profundos na construção da subjetivação das mulheres, como podemos destacar a seguir.

- **Internalização da responsabilidade exclusiva:** Mulheres são socializadas para sentirem-se culpadas quando não conseguem conciliar trabalho remunerado, cuidado familiar e autocuidado. Essa culpa não é individual, mas produto de estruturas que atribuem às mulheres a responsabilidade integral pela reprodução social.
- **Efeitos do cuidado na subjetivação:** as funções sociais e os papéis de cuidados são absorvidos com a sobrecarga de trabalho, que coloniza a subjetividade feminina, reduzindo a autopercepção a papéis reprodutivos e limitando a exploração de outras dimensões identitárias.
- **Desvalorização do próprio trabalho:** A baixa remuneração e o desprestígio social do trabalho doméstico reforçam a percepção de que “qualquer um pode fazer”, negando a complexidade de habilidades envolvidas (gestão, organização, cuidado emocional, educação). Essa desvalorização externa é internalizada, afetando a autoestima das mulheres.

Gago (2020) argumenta que o trabalho de cuidado explora o tempo das mulheres, aliena seus afetos, corpos e subjetividades. O cuidado exige disponibilidade emocional constante, empatia e abnegação, características que são simultaneamente exigidas e desvalorizadas. Essa contradição produz a “subjetivação subalterna”: mulheres que internalizam sua posição de subordinação como natural e inevitável, sem condições de superação.

Nessa perspectiva, retornamos à pergunta de pesquisa do presente estudo para apontar que os dados sobre segregação ocupacional apontam que a economia do cuidado impacta a subjetivação feminina ao restringir oportunidades, naturalizar a subordinação e colonizar a identidade das mulheres.

A concentração de 90% das mulheres no trabalho doméstico informal não é apenas um indicador econômico, mas um marcador de subjetivação: revela como as mulheres são posicionadas na estrutura social, com implicações para autoestima, bem-estar, saúde mental, autonomia, empoderamento, protagonismo e possibilidades de mudanças de vida conforme descritos abaixo.

- **Dimensão Econômica: desvalorização material e dependência:** A desigualdade salarial de 20,7% (RAIS, 2023) e a concentração de 90% das mulheres no trabalho doméstico informal (PNAD, 2023) evidenciam a desvalorização econômica do trabalho feminino. Essa

desvalorização não decorre de diferenças de produtividade ou qualificação, pois a escolaridade feminina cresceu 18,4%, mas da operação do "patriarcado do salário" (Federici, 2021), que mantém as mulheres em posição de dependência financeira. Consideramos que o impacto subjetivo decorre da dependência econômica que limita a autonomia feminina e reforça relações de poder desiguais nas famílias, afetando a capacidade de negociação e autodeterminação das mulheres.

- **Dimensão Social: segregação e restrição de oportunidades:** A segregação ocupacional evidenciada no trabalho doméstico formal restringe o acesso das mulheres às redes profissionais, as oportunidades de ascensão e espaços de poder. A naturalização do cuidado como atribuição feminina opera como barreira invisível, também conhecida como fenômeno do teto de vidro, que limita as trajetórias profissionais, independentemente da qualificação.

Analisamos que o impacto subjetivo se manifesta a partir da restrição de oportunidades que produz frustração e sentimento de injustiça, especialmente entre mulheres mais escolarizadas que percebem a contradição entre suas competências e as posições que ocupam.

- **Dimensão Intelectual: paradoxo da qualificação:** O aumento de 18,4% na escolaridade feminina (IPECE, 2024) não se traduziu em equidade salarial ou ocupacional para as mulheres, configurando o "paradoxo da emancipação" (Hirata, 2014). Mulheres investem em educação como estratégia de resistência, mas enfrentam barreiras estruturais que desvalorizam suas qualificações. Identificamos que o impacto subjetivo se expressa na contradição, pois gera frustração, desvalorização das próprias competências e reforça a percepção de que "ser mulher é um obstáculo" e que as diferenças podem ser compensadas, internalizando a subalternidade feminina.
- **Dimensão Emocional: sobrecarga de trabalho e exaustão:** A jornada tripla de trabalho das mulheres (trabalho remunerado formal ou informal + trabalho doméstico + cuidado familiar), intensificada durante a pandemia COVID-19, resulta em sobrecarga física e emocional. O cuidado exige disponibilidade afetiva constante, sem reconhecimento ou suporte adequado. Mulheres relatam a cobrança do cuidado, que por vezes, não receberam de suas próprias famílias. Compreendemos que o impacto subjetivo se expressa na sobrecarga de trabalho que produz exaustão, culpa (não dar conta de tudo), adoecimento, sofrimento psíquico e comprometimento da saúde mental. A internalização da responsabilidade exclusiva pelo cuidado impede que as mulheres reconheçam a sobrecarga como problema estrutural, individualizando o sofrimento.
- **Dimensão Identitária: colonização da subjetividade:** A naturalização do cuidado como vocação feminina e obrigação da responsabilidade coloniza a subjetividade das mulheres (Gago, 2020), reduzindo a autopercepção a papéis reprodutivos. A identidade feminina é construída prioritariamente em torno das funções de mãe, esposa, cuidadora, limitando a exploração de outras dimensões da subjetivação. Afirmamos que o impacto subjetivo expõe que a colonização produz alterações sobre a subjetivação, com a assimilação do cuidado à corporeidade, a

subjetivação subalterna significa a incorporação da obrigação para o trabalho de cuidado, na qual as mulheres internalizam sua posição de subordinação como natural.

4.4 Síntese analítica

Ressaltamos os achados do presente estudo demonstram tendo por base a pergunta de pesquisa deste estudo: Quais os impactos da economia do cuidado para as mulheres e a relação com a subjetivação feminina em suas famílias?

Apontamos como resposta à questão central que a economia do cuidado impacta a subjetivação feminina ao operar como dispositivo de produção de subalternidade ao trabalho de cuidado, que articula exploração da produção material e reprodução social, com a construção da subjetividade feminina ligada à manutenção do cuidado doméstico e familiar.

A exploração econômica do trabalho de cuidado não é apenas uma questão de distribuição desigual de tarefas, mas um mecanismo de produção de subjetividades subalternas. A desvalorização econômica (desigualdade salarial, informalidade) é internalizada pelas mulheres como desvalorização pessoal, afetando autoestima, bem-estar, saúde mental, autonomia, empoderamento e protagonismo e senso de capacidade.

A sobrecarga de cuidados restringe o tempo disponível para trabalho remunerado, as possibilidades de uma vida saudável, com tempo para autocuidado, ócio, acesso ao lazer, esporte, arte, cultura e construção de referências para a subjetivação feminina. As mulheres são posicionadas prioritariamente como cuidadoras, limitando a exploração de outras dimensões de suas identidades.

A naturalização do cuidado como atribuição feminina opera como ideologia que sustenta a exploração da produção material e reprodução social na sociedade capitalista. Ao apresentar o cuidado como "vocação natural" das mulheres, essa ideologia obscurece seu caráter de trabalho socialmente necessário e justifica sua desvalorização econômica, colocada como responsabilidade obrigatória para as mulheres.

A subjetivação feminina é marcada por contradições: entre aspirações de autonomia (evidenciadas pelo investimento em educação) e constrangimentos estruturais (segregação ocupacional, desigualdade salarial); entre o reconhecimento da injustiça e a internalização da culpa; entre a resistência e a reprodução de papéis tradicionais.

O contexto recente da pandemia COVID-19 intensificou esses impactos, evidenciando a centralidade invisibilizada do trabalho de cuidado para a reprodução social. A crise sanitária expôs as contradições da economia do cuidado, mas também aprofundou as desigualdades, forçando muitas mulheres a estarem à margem ou em postos precarizados no mercado de trabalho.

Em resumo: A economia do cuidado impacta o processo de subjetivação feminina em suas famílias, caracterizada pela internalização da responsabilidade obrigatória pelo trabalho de

cuidado doméstico e familiar, não remunerado, desvalorização socialmente, o que interfere na saúde mental, no bem-estar, na autoestima, na restrição da autonomia, do empoderamento e do protagonismo das mulheres. Essa subjetivação subalterna decorrente da associação da subjetividade feminina aos papéis reprodutivos e as funções de cuidado, não é resultado de escolhas individuais, mas de estruturas históricas (divisão sexual do trabalho, patriarcado do salário) que posicionam as mulheres como responsáveis pela reprodução social sem reconhecimento ou suporte adequado a outras formas de existência e convivência.

Os dados sobre esse fenômeno em relação às famílias de Fortaleza - Ceará confirmam e estendem as teorias feministas sobre economia do cuidado (Federici, Hirata, Kergoat), demonstrando que, mesmo em contexto de avanços educacionais, a exploração do trabalho reprodutivo persiste como mecanismo central de subordinação das mulheres no capitalismo contemporâneo.

g) Limitações do estudo

Destacamos quanto ao alcance da pesquisa: baseou-se em análise documental e bibliográfica, utilizando dados secundários de fontes governamentais (IBGE, IPECE, Ministério das Mulheres) e literatura acadêmica. Reconhecemos que a ausência de dados primários (entrevistas, observação participante) constitui uma limitação, pois impede o acesso direto às experiências vividas das mulheres em Fortaleza - Ceará.

Contudo, essa limitação foi parcialmente compensada por três estratégias, conforme apresentamos a seguir:

- a) Triangulação de fontes secundárias: articulamos dados quantitativos (PNAD, RAIS) com relatórios qualitativos (RASEAM, ONU Mulheres) e literatura acadêmica, permitindo uma compreensão multifacetada do fenômeno.
- b) Aprofundamento teórico: associamos referencial teórico feminista interseccional (Federici, Hirata, Kergoat, Butler) para interpretar os dados secundários à luz de teorias consolidadas sobre economia do cuidado e subjetivação.
- c) Contextualização local: enfatizamos a realidade de Fortaleza - Ceará, utilizando dados do IPECE e Atlas Brasil para situar as análises no contexto socioeconômico cearense.
- d) Estudos futuros poderão complementar esta análise com pesquisa de campo (entrevistas individuais e grupos focais) para capturar as nuances das experiências subjetivas das mulheres fortalezenses. Todavia, os achados deste estudo, baseados em dados secundários e análise teórica, oferecem contribuições significativas para a compreensão dos impactos da economia do cuidado na subjetivação feminina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos do trabalho de cuidado e o processo de subjetivação das mulheres em suas famílias, no contexto brasileiro, com foco em Fortaleza (CE). Adotamos abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, com análise de documentos e bases institucionais produzidas entre 2020 e 2025. A partir da literatura feminista e de indicadores oficiais, examinamos a articulação entre trabalho reprodutivo, divisão sexual do trabalho, desigualdade de gênero e as formas de subjetivação feminina no âmbito familiar.

A desigualdade de gênero na sociedade demanda mais trabalho das mulheres dentro e fora de casa, mas não considera a contribuição dos homens com o trabalho doméstico e familiar. Essa hierarquia e assimetria é fruto da divisão sexual do trabalho, que classifica o tipo de trabalho para homens e mulheres. É preciso desnaturalizar a desigualdade e avançar na construção de alternativas para divisão das tarefas domésticas e responsabilidades familiares.

É necessário desenvolver políticas públicas que apoiem as famílias na realização do trabalho de cuidado, como creches e serviços de cuidado para idosos. Esse processo também envolve mudanças culturais que reconheçam o valor do trabalho de cuidado, promovendo a equidade de gênero, e a divisão com igualdade nas responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres, bem como a garantia de direitos para mulheres, incidindo sobre as vulnerabilidades e riscos sociais.

Os achados indicam que a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado — majoritariamente não remunerado — permanece como fator estruturante das assimetrias de gênero, afetando a inserção laboral, a renda, o tempo disponível e a saúde das mulheres. Evidências documentais e estatísticas apontam que a jornada ampliada de cuidado e a precarização do trabalho remunerado se reforçam mutuamente, com implicações sobre a autonomia e o reconhecimento social das mulheres. Ao articular dados e categorias analíticas, o estudo contribui para qualificar o debate sobre economia do cuidado como eixo de políticas públicas e para explicitar seus efeitos sobre a subjetivação feminina.

Os resultados evidenciam as desigualdades entre mulheres e homens no contexto da sociedade brasileira. Buscamos correlacionar os conceitos de desigualdade e gênero, a partir da economia do cuidado e através da teoria feminista interseccional para entender como as mulheres conciliam trabalho, estudos, e cuidados domésticos e familiares, dinâmica que afeta sua subjetivação nas famílias. Discutimos as questões relevantes sobre a sobrecarga de responsabilidades que recai sobre as mulheres. Apesar da garantia dos direitos das mulheres em diversos setores no mundo, ainda existem barreiras complexas que restringem a atuação feminina, sobretudo em posições de influência institucional, laboral e política. A busca pela igualdade entre gêneros demanda alterações nos ambientes decisórios oficiais, mas também uma transformação nas dinâmicas sociais e econômicas que mantêm a divisão injusta de tarefas e a inferiorização das mulheres.

Este estudo apresenta como contribuição os recursos para a implementação, análise e avaliação de políticas de cuidado (como creches e cuidados de longa duração), sugerindo que a redistribuição social e institucional do cuidado é condição para ampliar oportunidades, mitigar desigualdades e promover bem-estar, especialmente entre mulheres negras e de baixa renda, mais expostas às sobrecargas e à informalidade.

Consideramos que este estudo apresenta limitações: (a) dependência de dados secundários, sujeitos à disponibilidade, periodicidade e critérios de mensuração das fontes; (b) recorte temporal 2020–2025, que favorece a análise do período pandêmico e pós-pandêmico, mas restringe inferências históricas de longo prazo; (c) ausência de entrevistas e de dados primários, o que limita a apreensão de nuances subjetivas; e (d) possível viés de fontes institucionais e cobertura desigual entre bases e territórios.

Afirmamos que pesquisas futuras podem: (a) realizar estudos qualitativos com entrevistas individuais e grupos focais com cuidadoras, para apreender experiências, estratégias de conciliação e efeitos subjetivos do cuidado; (b) desenvolver análises comparadas entre capitais/estados e entre faixas de renda/raça, para identificar heterogeneidades territoriais e interseccionais nos impactos da economia do cuidado; e (c) avaliar políticas públicas específicas de cuidado (por exemplo, expansão de creches e serviços de cuidados de longa duração), estimando seus efeitos sobre a subjetivação, o tempo disponível e a inserção laboral feminina.

A sequência da investigação da presente pesquisa será crucial para expandir a compreensão acerca dos impactos da economia do cuidado e para fornecer elementos para políticas governamentais que impulsionem, de maneira efetiva, a igualdade de gênero em todos os seus aspectos.

6 REFERÊNCIAS

- ARÁN, Márcia. O avesso do avesso: a feminilidade e novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro, Gramond; 2006.
- ATLAS BRASIL. Perfil do município de Fortaleza. [S.l.], [20--]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/230440#sec-demografia>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VIEIRA, Luciana Leila Fontes; PINTO, Virgínia Cavalcanti. Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 31, n. 2, p. 314-327, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Ministério das Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1. ed. Brasília: Ministério das Mulheres, 2024. 468 p.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo / Simone de Beauvoir ; tradução Sérgio Milliet. - 2.ed. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009.

- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho feminino: Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro. Revista Estudos Feministas; n 01; ano 02; 1994.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das desigualdades de gênero e raça: 1995 a 2015. Brasília, DF: IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Informe IPECE. Fortaleza, n. 226, abr. 2023. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/04/ipece_informe_226_24Abr2023.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS DO CÂMARA DOS DEPUTADOS DO CEARÁ (IPECE). Informe IPECE. Nº 226, abr. 2023. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/04/ipece_informe_226_24Abr2023.pdf.
- FEDERICI, Silvia. O patriarcado do salário. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- GAGO, Verónica. A potência feminista: ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- HIRATA, Helena; Globalização e divisão sexual do trabalho. cadernos pagu (17/18) 2001/02: pp.139-156.
- HOGEMANN, Edna Raquel. Conquistas das mulheres no Brasil: a linha do tempo das leis e políticas públicas. Revista do Ministério Público Militar, Rio de Janeiro, 51(45), 173–206, 2024. Disponível em: <https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/429>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- GASKELL, M. W. B. Pesquisa qualitativa: contexto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GALETTI, Camila Carolina Hildebrand. Repensando as relações entre gênero e capitalismo: discussão sobre trabalho e salário. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 2, e84481, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cpMqXJ9BzmxR4P9RsdTZXGr/>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- GOLDANI, A. M. Reinventar políticas para famílias reinventadas: entre la realidad brasileña y la utopia. In: ARRIAGADA, Irma (coord.). Familias y políticas publicas en América Latina: una historia de desencuentros. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. p. 223-257. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/cb37b1f-4470-47c5-b8e8-2fd9bc7d86f0/content>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- LIMA, Maria do Socorro Lucena; SILVA, Elisangela André da; BRITO, Célia Maria Machado de; BARRETO, Marcília Chagas. Pesquisa e prática pedagógica: metodologia do trabalho científico. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE). Ensino Médio Presente. Disponível em: <https://mpce.mp.br/institucional/centros-de-apoio-operacional/caoeduc/projetos/ensino-medio-presente/>.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S.; LICO, M. R. Segregação ocupacional e hiato salarial entre os gêneros. São Paulo: Insper, 2015. (Insper Working Papers, WPE 357).

MOLENIER, \Pascale, O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Amelia-Bifano/publication/318436614_Ensaio_da_historia_do_trabalho_domestico_no_Brasil_um_trabalho_invisivel/links/5e148a37299bf10bc397a7f7/Ensaio-da-historia-do-trabalho-domestico-no-Brasil-um-trabalho-invisivel.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3364/4251>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.